

COSMOPOLITISMO ÉTICO, ÉTICA GLOBAL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Júlio César Ferreira Cirilo, Alexandre Ratner Rochman.- **Ciência Política- Relações Internacionais- Departamento de Educação, Ciências Sociais e Política Internacional-Faculdade de História, Direito e Serviço Social-Campus Franca.**

Nesta pesquisa, tenta-se apresentar alguns aspectos do que sejam “cosmopolitismo ético” e “ética global”, bem como a conexão destes conceitos com a temática internacionalista. Neste epítome podemos apresentar o cosmopolitismo ético como uma busca de valores que vislumbram a humanidade numa unidade, num máximo mínimo denominador ético em comum (a ética global) onde cada ser humano possa ser entendido como participante ativo e construtor do processo pluridimensional de desenvolvimento mundial.

Neste sentido, há conceitos de “ética global” adotados em diversos fóruns e debates internacionais (como a Agenda 21 e a Declaração do Rio) donde torna-se importante pesquisar tal temática em contraposição e/ou complementaridade às principais teorias internacionalistas.

O presente trabalho visa demonstrar, de modo simples e sucinto, a importância das discussões éticas na seara das relações internacionais contemporâneas, num contexto onde as discussões dominantes no meio acadêmico-universitário estejam balizadas pelo binômio entre correntes realistas e idealistas.

Na conjunção entre o texto reflexivo de João Paulo Nogueira¹ com de Norberto Bobbio², pode-se compreender que historicamente, foi construída e consolidada, no pensamento ocidental, a dicotomia entre Ética e Política Internacional, de tal forma que houvesse uma sub-valorização de preceitos eticistas quanto ao agir político na esfera internacional.

Tal situação ganhou impulso, notadamente, ao longo do processo de consolidação dos estados modernos; onde os governos (os soberanos, os príncipes, os mandatários) tomaram pra si a exclusividade do uso da força legal e legítima em nome da coletividade representada em sua própria figura. Assim, o poder de violência legal-legítima, isto é, o direito de uso da força (e consequentemente de julgar quando a conveniência, a justiça e a legalidade da mesma) concentrou-se no poder soberano, na figura do Estado ou Leviatã de Thomas Hobbes³.

Como resultado, a expressão deste controle interno expandiu-se para além das fronteiras nacionais, dada a necessidade de se diferenciar o “outro”, o “estrangeiro” do “nós”/ “nacionais”; ou seja, em razão de se reafirmar os marcos fronteiriços (geográficos, psicológicos, virtuais, comerciais ou de zonas de poder) inter- nações. Em certa medida, construiu-se, historicamente, o sentido de auto-defesa nacional, seja no espaço intra-fronteira, seja nos espaços além-fronteira física, levando os Estados (cada qual detentor de seu poder soberano e de seu direito-dever de defesa de sua coletividade) a serem os principais, senão, por vezes, os únicos atores internacionalmente reconhecidos.

Neste sentido, reconhecia-se a existência de uma moral ou de um mínimo ético no atuar político internacional mas, consubstanciou-se seja nas práticas diplomáticas, seja na elaboração teórica, que tal conteúdo fosse subsumido do próprio agir estatal, com base no seu histórico de atuar politicamente no plano externo. Explicando: se houvesse alguma ética a ser perquirida no âmbito internacionalista, esta era retirada *a posteriori*, dos atos havidos pelos Estados. Portanto, a ética internacional havida era a ética dos Estados, do príncipe, do mandatário da soberania. De certo, com o passar histórico, pôde-se afirmar, de certo modo, que o Estado movia-se ainda que

¹ NOGUEIRA, João Franlin Abelardo Paulo. Ética, terror e soberania: questões para a teoria de Relações Internacionais. In: José Maria Gomez. (Org.). **América Latina y el (Des)orden Global Neoliberal: Hegemonía, contrahegemonía, Perspectivas**. Buenos Aires: Clacso, 2004, p. 45-58.

² BOBBIO, Norberto. **O problema da guerra e as vias da paz**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

³ HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes. 2003

parcialmente, por orientações morais tanto dos soberanos quanto da sociedade (em parte ou no todo) que este representava politicamente.

Segundo apontam os textos, os realistas não negavam (como ainda não negam) a existência ou a possibilidade de se pensar eticamente em nível internacional mas, desprezam ou minimizam a incidência teorias que, movidas substancialmente por fundamentos lógico-eticistas, se dispõem a reger comportamentos que seriam intrínsecos a identidade humana e a uma situação de repetição histórica dos atos políticos. Nesse sentido as análises (e julgamentos) válidos e úteis seriam os feitos posteriormente aos casos concretos havidos. Para o realismo, regras morais pré-estabelecidas seriam desprovidas de força política necessária ao cumprimento dos acordos havidos entre atores políticos internacionais⁴.

A visão idealista –que tem Kant como um de seus expoentes- ainda propugnava pela possibilidade de estabelecimento de normas internacionais que fossem frutos da universalização de pressupostos e contingências éticas originadas do pensamento racional de todos os interessados. Haveria, assim, o regramento da violência em nível internacional por meio de contingências que seriam asseguradas num equilíbrio de poder entre nações formalmente igualitárias que se fiscalizariam e se puniriam, mantendo a ordem no sistema internacional de poder.

Do exposto, depreende-se que as correntes realistas e idealistas têm sido as teorias dominantes nas discussões internacionalistas, notadamente ao longo do século 20.

Porém, a contemporaneidade impõe uma realidade onde haveria a erosão do poder estatal, a multiplicação de atores internacionais, a fragmentação de instituições públicas, a individualização dos interesses, o intercâmbio célere de idéias. Neste contexto, os marcos geográficos delineadores das fronteiras e do campo de atuação exclusivo que um dado poder soberano põe sobre uma nação são dilatadas ou relativizadas: as fronteiras se multiplicam e são delineadas conforme a substância que lhes movem: o acesso ao capital (para as fronteiras econômicas); o acesso à tecnologia (para as fronteiras do conhecimento); o acesso aos recursos de saúde (para as fronteiras ou espaços das epidemias); o acesso e a existência de instituições democráticas e sociedades sócio-economicamente justas (para as fronteiras da estabilidade e da segurança) etc.

Assim, numa região “hobbesianamente soberana” haveria várias outras zonas ou espaços se conectando e imiscuindo-se, no sentido de formar espaços concêntricos ou de inter-penetração; espaços estes que ultrapassariam os limites deste espaço soberano “*a la Hobbes*”, conectando-se a outros espaços por meio de tentáculos que, unidos, criariam zonas de troca e de fluxo de idéias e bens (materiais e imateriais) livres (ainda que parcialmente, em alguns casos) do controle estatal. Formar-se-iam redes transnacionais ou globais nos quais percorrem informações, dados, idéias, etc...

Ou seja, há a relativização do papel estatal enquanto monopolista do agir político internacional efetivo, ainda que formalmente o Leviatã permaneça com considerável grau de condução no sistema internacional, mesmo que os novos agentes exerçam pressão e tenham obtido participação formal nas decisões globais.

Disto resulta que as teorias prevalecentes que buscam explicar o sistema internacional têm de ser revistas, visando a incorporação de estudos, abordagens e questionamentos que considerem não mais apenas a ética dos Estados, mas a ética de grupos que organizados conforme os novos moldes desta Era, buscam e obtêm um papel decisivo na diplomacia.

Os interesses estatais e os poderes dos Estados ainda apresentam-se relevantes no cenário internacional, porém os Estados têm de formular novas táticas e novas abordagens teóricas que considerem grupos ou redes menores do que aquelas constituídas por soberanias formais.

⁴ Para uma análise da confrontação da perspectiva realista no debate contemporâneo da ética, equidade e direitos humanos, vide ROCHMAN, Alexandre Ratner. A Inserção dos Direitos Humanos nas Teorias das Relações Internacionais. In: Revista do Curso de Direito do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas. Ano XVI, n. 24. São Paulo, 2002.

Neste contexto, refletiríamos: quem teria mais poder? Um Estado livre, pequeno, com indícios de ser minimamente organizado e dotado de força militar formal como, por exemplo, o Uruguai ou um pequeno grupo de terroristas dotado de algumas poucas armas nucleares?

Os novos grupos, as novas redes pedem um novo pensar internacionalista, de sentido mais ético, de forma a buscar saídas de labirintos políticos aparentemente intransponíveis. Uma ética internacionalista que reconheça a existência destes atores, que não os pré-julgue ou estereotipize, que vise entender (mas não necessariamente aceitar) o meio de ação destes e, notadamente, as causas de seus atos e de suas reivindicações. Um novo pensar ético-internacionalista que ultrapasse a dicotomia “ética *versus* política” mas que, numa visão multiculturalista possibilite o estabelecimento de um diálogo mínimo entre os atores internacionais de forma a garantir a uma *pax* internacional, a ser construída seja pelo esgotamento das possibilidades de guerra, seja pelo pensamento racional conducente à paz.

Uma nova abordagem ético-internacionalista que levasse à prática de uma política internacional que privilegie a prevenção dos conflitos mediante a resolução das causas naturais e artificiais das desordens no sistema internacional.

Conforme os textos, contemporaneamente tem havido a individualização do inimigo, isto é, o inimigo têm deixado de ser um Estado que formalmente declare um conflito, tornando-se um grupo, uma rede, uma categoria definida mas que, sofre simultaneamente, um olhar estereotipado ou redutor (Bem *versus* Mal, Ocidente *versus* Oriente, Jihad *versus* Cruzada) tal qual no modelo clássico de início de definição de poder internacional com base na diferenciação entre “nós, os nacionais” e “eles, os bárbaros”.

Deve-se adstringir a visão política internacionalista à uma esfera de um mínimo ético-moral de base multiculturalista. Tal possibilidade foi bem desenhada por John Brodley Rawls⁵ em sua “Teoria da Justiça como Equidade” e na obra “Liberalismo Político”: a criação de um máximo-mínimo ético comum a todos, e não à maioria, como os utilitaristas preconizam.

Enfim, com base na leitura nos textos analisados, pode-se entender que não existem caminhos pré-definidos para a resolução das desordens no sistema internacional contemporâneo, que é múltiplo, fragmentado, maleável. As soluções devem ser encontradas partindo de um agir micro-macro, que responda às demandas atuais e que possa se reinventar permanentemente, na busca às respostas das novas demandas. Podem-se elaborar modelos teóricos que ofereçam possibilidades de soluções aos conflitos internacionais, mas inexistem respostas prévias a problemas que se modificam conforme se recondicionam sob novas formas e aparências.

Pelo que se pode depreender, poderia concluir que há a necessidade de se fortalecer a construção de um pensar e de um internacionalista que esteja inserido num Cosmopolitismo ético que busque por valores que vislumbrem a Humanidade numa unidade, num máximo-mínimo-denominador comum ético (Ética Global) onde cada ser humano possa ser entendido como participante ativo e construtor do processo de desenvolvimento mundial. JÖRG ZIRFAS assim define o que seria uma Ética global:

“Sob o título de uma ética global podem, à primeira vista, ser subsumidos diferentes horizontes reflexivos do debate ético: questões a respeito das condições e possibilidades de um ethos mundial, questões sobre a abrangência, a legitimação e a efetivação de direitos humanos, questões que tratam da avaliação de problemas globais, como os do desenvolvimento político/econômico, cultural, tecnológico e ecológico ou, ainda, questões a respeito da relação entre morais locais, de um lado, e éticas que argumentam numa perspectiva universal de outro, ou seja,

⁵ RAWLS, John Brodley. **Justiça como Equidade**. São Paulo: Sergio Antonio Fabris, 2006.

Ibid. **Liberalismo Político**. São Paulo: Ática. Coleção Temas, 2000.

assuntos relativos à diferença entre localismo, universalidade e universabilidade”⁶

E ainda ressalta que :

“Entende-se por localidade a delimitação histórica, relativa e comunitarista de uma moral em termos de conteúdo e estrutura (em última instância pode-se entender por localidade também uma moralidade individual) ao passo que por globalidade de uma moral entende-se a dimensão universalizável do conteúdo e estrutura de uma moral que busca a coexistência e cooperação de morais locais.”⁷

Conclui-se que o “Cosmopolitismo Ético” permearia as abordagens internacionalistas teórico - práticas, e trabalharia com uma “Ética Global” que agiria a partir do indivíduo e do local para a coletividade e o global, bem como no sentido inverso. Neste sentido, haveria um compromisso pessoal perante uma ética global assim como, um compromisso coletivo em defesa de cada indivíduo, de cada especificidade. Seria a possibilidade se caminhar na resolução de conflitos internacionais sem que houvesse a imposição de soluções, mas a construção de caminhos com base no respeito às identidades locais, à unidade na diversidade. Aqueles que permanecessem no erro do conflito seriam punidos não por terem quebrado um compromisso ou infringido numa norma jurídico-internacionalista “friamente positivista” mas, por colocarem em risco a durabilidade de um bem imaterial em comum: a paz internacional, entendida não no sentido de estar adstrita às relações inter-países mas, no sentido de uma paz ou equilíbrio entre grupos humanos, entre relações humanas –que ultrapassam o sentido das fronteiras formais.

Referências Bibliográficas:

BOBBIO, Norberto. **O problema da guerra e as vias da paz**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes. 2003

NOGUEIRA, João Franklin Abelardo Paulo. Ética, terror e soberania: questões para a teoria de Relações Internacionais. In: José Maria Gomez. (Org.). **América Latina y el (Des)orden Global Neoliberal: Hegemonía, contrahegemonía, Perspectivas**. Buenos Aires: Clacso, 2004.

RAWLS, John Brodley. **Justiça como Equidade**. São Paulo: Sergio Antonio Fabris. 2006.

_____. **Liberalismo Político**. São Paulo: Ática. Coleção Temas. 2000.

ROCHMAN, Alexandre Ratner. A Inserção dos Direitos Humanos nas Teorias das Relações Internacionais. In: **Revista do Curso de Direito do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas**. Ano XVI, n. 24. São Paulo, 2002.

⁶ Zirfas, Jörg. Ética global como ética local. **Educação e Sociedade**. ISSN 0101-7330. Disponível online: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000300002. Acesso em 08/09/2006.

⁷ Zirfas, Jörg. Op. cit. Disponível online: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000300002. Acesso em 08/09/2006.